

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO							
Ativo	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Passivo	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Receita líquida	Nota	31/03/2026	31/03/2025	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Circulante				Circulante				14		9.740	9.662				
Caixa e equivalentes de caixa	9	2	4	Fornecedores		4	63	Lucro bruto		9.740	9.662	Resultado do exercício		7.803	7.438
Contas a receber de clientes	10	12.777	9.810	Impostos e contribuições a recolher		22	16	Despesas administrativas e gerais	15	(1.595)	(1.926)	Ajustes para:			
Impostos a recuperar		2	2	Passivo fiscal corrente	12	-	4	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		8.145	7.736	Depreciação (agrícola e indústria)	11	15	22
Ativo fiscal corrente		7	7	Salários e férias a pagar		24	23	Receitas financeiras		1	1	IRPJ e CSLL correntes	12	325	285
Outras contas a receber		3	4	Dividendos a distribuir	10	3.421	2.259	Despesas financeiras		(16)	(15)	IRPJ e CSLL diferidos	12	2	(1)
Total do ativo circulante		12.791	9.827	Total do passivo circulante		3.471	2.365	Receitas (despesas) financeiras líquidas		(15)	(14)	Varições em:			
Não circulante				Não circulante				Resultado antes dos impostos		8.130	7.722	Contas a receber de clientes		(2.967)	(1.372)
Realizável a longo prazo				Dividendos a distribuir	10	6.079	-	IRPJ e CSLL correntes	12	(325)	(285)	Outras contas a receber		1	-
Depósitos judiciais		37	36	Passivo fiscal diferido	12	44.162	44.160	IRPJ e CSLL diferidos	12	(2)	1	Depósitos judiciais		(1)	-
Total do realizável a longo prazo		37	36	Total do passivo não circulante		50.241	44.160	Resultado do exercício		7.803	7.438	Fornecedores		(59)	54
Imobilizado	11	139.254	139.269	Patrimônio líquido	13			<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				Impostos e contribuições a recolher		5	-
Total do ativo não circulante		139.254	139.269	Capital social		8.105	7.481	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				Salários e férias a pagar		2	5
Total do ativo		152.082	149.132	Reserva de lucros		1.622	9.460	31/03/2026		7.803	7.438	Caixa gerado nas atividades operacionais		5.126	6.431
				Reservas de reavaliação		81.720	81.720	31/03/2025		7.803	7.438	IRPJ e CSLL pagos	12	(329)	(281)
				Ajustes de avaliação patrimonial		6.923	3.946	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		4.797	6.150
				Total do patrimônio líquido		98.370	102.607					Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
				Total do passivo e patrimônio líquido		152.082	149.132					Dividendos distribuídos	13	(4.799)	(6.151)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Saldo em 1º/04/2024	Reserva de Lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	
7.481	2.246	21.628	81.720	3.946	-	117.021
Aporte de condomínios						
Dividendos	13	-	(19.992)	-	-	(19.992)
Resultado do exercício					7.438	7.438
Dividendos intermediários	13	-	-	-	(1.860)	(1.860)
Reserva de retenção de lucros			5.578	-	(5.578)	-
Saldo em 31/03/2025	7.481	2.246	7.214	81.720	3.946	102.607
Dividendos	13	-	(4.141)	-	-	(4.141)
Aumento de capital social		624	(624)	-	-	-
Resultado do exercício					7.803	7.803
Dividendos intermediários	13	-	(3.073)	-	(7.803)	(10.876)
Ajuste a valor presente dos dividendos a distribuir	13	-	-	-	2.977	2.977
Saldo em 31/03/2026	8.105	1.622	81.720	6.923	-	98.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia") tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECAN), a **ambiente externo e fatores macroeconômicos relevantes: Conflitos geopolíticos:** Os conflitos geopolíticos em curso representam um fator de risco relevante para a Companhia. A intensificação de tensões em regiões estratégicas para a produção global de petróleo pode gerar volatilidade nos preços dos produtos comercializados pela Companhia, bem como os custos de insumos diretamente relacionados ao petróleo, especialmente combustíveis e derivados utilizados nas operações agrícola, industrial e logística. Tais eventos podem afetar cadeias de suprimentos, custos operacionais, taxas de câmbio e condições logísticas, com impactos potenciais tanto na receita quanto na estrutura de custos. **Reforma tributária:** Em 16/01/2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, primeira etapa de regulamentação da reforma tributária brasileira. O novo modelo estabelece um IVA dual, composto por Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - de competência federal, e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - de competência subnacional, que substituirão gradualmente PIS, COFINS, ICMS e ISS. A LC 214 também instituiu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A transição está prevista para o período de 2026 a 2032, durante o qual coexistirão o regime tributário atual e o novo sistema. Os impactos da Reforma sobre a apuração dos tributos da Companhia serão conhecidos apenas após a conclusão das regulamentações complementares pendentes. Dessa forma, não há efeitos decorrentes da Reforma Tributária reconhecidos nestas demonstrações financeiras, uma vez que ainda não é possível mensurar de forma confiável seus impactos. **2. Base de preparação: a Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 30/06/2026. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal está incluída na seguinte nota explicativa: Nota explicativa 7.e. e 11 - Revisão da vida útil do imobilizado: Definição de vida útil. **b Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 18 - Instrumentos financeiros. **5. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31/03/2025. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico,

estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terras não são depreciadas. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil (em anos)	
	31/03/2026	31/03/2025
Móveis e utensílios	8	8
Veículos e implementos rodoviários	5	5
Máquinas e implementos agrícolas	6	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **f Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros - classificação:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o pagamento contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos transferidos não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e**

ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; - a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou - o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado. Líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **i Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido no estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica. **j Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evi-



Agropecuária Nova Europa S.A.									
dência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2025, no caso da Companhia, após 01/04/2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. a. CPC 51 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". b. Outras normas contábeis: Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).									
9. Caixa e equivalentes de caixa:									
	2026	2025		2026	2025		2026	2025	
Caixa e bancos	2	3		2	3		2	3	
Aplicações financeiras	-	1		-	1		-	1	
	2	4		2	4		2	4	
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 16. 10. Partes relacionadas: a) Operações com pessoal-chave: O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo. A remuneração total paga aos administradores (que inclui os conselheiros e diretores) totalizou R\$ 292 no exercício findo em 31/03/2026 (R\$ 289 em 31/03/2025). b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado: Os principais saldos de ativos e passivos em 31/03/2026 e 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:									
	Saldos	Receitas (despesas)		Saldos	Receitas (despesas)		Saldos	Receitas (despesas)	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026
Contas a receber de clientes									
Usina Santa Fé S.A.	12.777	9.810	9.966	9.866					
Dividendos a distribuir									
Outras partes relacionadas	(3.421)	(2.259)	-	-					
	9.356	7.551	9.966	9.866					
Dividendos a distribuir									
Outras partes relacionadas	(6.079)	-	-	-					
	(6.079)	-	-	-					
Venda de cana-de-açúcar: O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo). 11. Imobilizado:									
	Saldo em	Adi-	Saldo em	Adi-	Saldo em	Adi-	Saldo em	Adi-	Saldo em
	03/2024	ções	03/2025	ções	03/2026	ções	03/2026	ções	03/2026
Custo									
Terras	139.033	-	139.033	-	139.033				
Móveis e utensílios	26	-	26	-	26				
Veículos e implementos rodoviários	471	-	471	-	471				
Máquinas e implementos agrícolas	828	-	828	-	828				
Outros	16	-	16	-	16				
Total	140.374	-	140.374	-	140.374				
Depreciação									
Móveis e utensílios	(18)	-	(18)	-	(18)				
Veículos e implementos rodoviários	(348)	(13)	(361)	(8)	(369)				
Máquinas e implementos agrícolas	(716)	(9)	(725)	(7)	(732)				
Outros	(1)	-	(1)	-	(1)				
Total	(1.083)	(22)	(1.105)	(15)	(1.120)				
Total líquido	139.291	(22)	139.269	(15)	139.254				
Garantia Em 31/03/2026, parcela substancial dos bens está garantindo operações de financiamentos captados pela parte relacionada Usina Santa Fé S.A. junto às instituições financeiras.									
	Valor do grupo	Total de garantias	Percentual						
Terras	139.033	19.246	14%						
Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa: Durante os exercícios encerrados em 31/03/2026 e 2025, a Com-									
panhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável. 12. IRPJ e CSLL: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de IRPJ e CSLL debitada em resultado é demonstrada como segue:									
	2026	2025		2026	2025		2026	2025	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta									
Receita de vendas de cana-de-açúcar	9.966	9.966	-	9.866	9.866				
Outras receitas	121	121	-	15	15				
	10.087	10.087	-	9.881	9.881				
Alíquota de presunção	8%	12%	-	8%	12%				
	918	1.317	-	804	1.199				
Alíquota fiscal	15%	9%	-	15%	9%				
	(138)	(119)	-	(121)	(108)				
Adicional	10%	-	-	10%	-				
	(68)	-	-	(56)	-				
IRPJ e CSLL corrente	(206)	(119)	(325)	(177)	(108)	(285)			
A movimentação do IRPJ e CSLL a pagar está demonstrada a seguir:									
	Reco-	nhe-	Reco-	nhe-	Reco-	nhe-	Reco-	nhe-	Reco-
	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos
	no	no	no	no	no	no	no	no	no
	Saldo em	resul-	Saldo em	resul-	Saldo em	resul-	Saldo em	resul-	Saldo em
	03/2024	tado	03/2025	tado	03/2026	tado	03/2026	tado	03/2026
Passivo circulante									
IRPJ e CSLL a pagar	-	281	(285)	(4)	329	(325)	-	-	-
Em 31/03/2026 e 2025, a Companhia reconheceu IRPJ e CSLL diferidos passivos sobre os seguintes valores-base:									
	Reco-	nhe-	Reco-	nhe-	Reco-	nhe-	Reco-	nhe-	Reco-
	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos	nhidos
	no	no	no	no	no	no	no	no	no
	Saldo em	resul-	Saldo em	resul-	Saldo em	resul-	Saldo em	resul-	Saldo em
	03/2024	tado	03/2025	tado	03/2026	tado	03/2026	tado	03/2026
Passivo não circulante									
Imobilizado - reavaliação	(42.098)	-	(42.098)	-	(42.098)				
Imobilizado - custo atribuído	(2.033)	-	(2.033)	-	(2.033)				
Imobilizado - depreciação	(30)	1	(29)	(2)	(31)				
Passivo fiscal diferido	(44.161)	1	(44.160)	(2)	(44.162)				
13. Patrimônio líquido: a Capital social: Em 31/03/2026, o capital social é de R\$ 8.105 (R\$ 7.481 em 31/03/2025), composto por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 31/03/2025). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08/12/2025, deliberou o aumento de capital no montante de R\$ 624, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de montantes excedentes da Reserva de Lucros Retidos, nos termos do Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações. b. Reservas: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Conforme § 1º a Companhia poderá deixar de constituir reserva legal quando o saldo dessa reserva exceder de 30% do capital social. Reserva de reavaliação: Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento à prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICP 10, a Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos decorrentes da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098. A reserva de reavaliação será realizada na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados. Reserva de lucros: Constituída em razão do saldo remanescente do lucro após distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, é destinada a aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital devidamente aprovado em assembleia geral. Limite do saldo das reservas de lucros: Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A destinação do montante que exceder o total do capital social foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovou as demonstrações financeiras anuais. c. Ajuste de avaliação patrimonial: É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICP 10 na data de transição, deduzido do respectivo IRPJ e da CSLL diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem. d. Remuneração aos acionistas: A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos dividendos. Os dividendos poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras anuais. A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:									
	Saldo em	Dividendos	Saldo em	Dividendos	Saldo em	Dividendos	Saldo em	Dividendos	Saldo em
	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Dividendos	2.489	19.992	1.860	(6.151)	(15.931)				
Dividendos intermediários	1.860	(6.151)	15.931						
Dividendos pagos	(1.860)	(15.931)							
Compensação com contas a receber	2.259	4.141	10.876	(2.977)	(4.799)				
Dividendos	4.141	10.876	(2.977)						
Dividendos intermediários	10.876	(2.977)	4.799						
Ajuste a valor presente sobre dividendos intermediários	(4.799)								
Dividendos pagos	9.500	3.421	6.079						
Saldo em 31/03/2026	3.421	6.079	9.500						
Passivo circulante									
Passivo não circulante									
14. Receita líquida: A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo, é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:									
	2026	2025		2026	2025		2026	2025	
Venda de cana-de-açúcar	9.965	9.866		9.965	9.866		9.965	9.866	
Receita bruta fiscal	9.965	9.866		9.965	9.866		9.965	9.866	
Menos:									
Impostos sobre vendas	(225)	(204)		(225)	(204)		(225)	(204)	
Total de receita contábil	9.740	9.662		9.740	9.662		9.740	9.662	
15. Despesas por natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:									
	2026	2025		2026	2025		2026	2025	
Despesas operacionais por natureza:									
Depreciação e amortização	(15)	(22)		(15)	(22)		(15)	(22)	
Despesa com pessoal	(398)	(395)		(398)	(395)		(398)	(395)	
Impostos e taxas	(1.031)	(1.142)		(1.031)	(1.142)		(1.031)	(1.142)	
Serviços com terceiros	(5)	-		(5)	-		(5)	-	
Outras despesas	(146)	(367)		(146)	(367)		(146)	(367)	
Total	(1.595)	(1.926)		(1.595)	(1.926)		(1.595)	(1.926)	
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:									
Despesas administrativas e gerais	(1.595)	(1.926)		(1.595)	(1.926)		(1.595)	(1.926)	
16. Instrumentos financeiros: a Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.									
	Valor contábil	Valor justo		Valor contábil	Valor justo		Valor contábil	Valor justo	
	31/03/2026	31/03/2026		31/03/2025	31/03/2025		31/03/2026	31/03/2026	
Ativos									
Caixa e bancos	9	2		9	3		9	3	
Aplicações financeiras	9	1		9	1		9	1	
Contas a receber de clientes	10	9.810		10	9.810		10	9.810	
Total	28	12.777		28	12.777		28	12.777	
Passivos									
Fornecedores	-	-		-	-		-	-	
Total	-	-		-	-		-	-	
Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Caixa e equivalentes de caixa: Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento destes instrumentos. Contas a receber e outras recebíveis e outras contas: O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação. c. Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral. Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo. A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras serem objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA), ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Alta Administração, que atua ativamente na gestão operacional da Companhia. A Companhia possui como prática gerir os seus riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; e Risco de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Estrutura de gerenciamento de risco: Risco									
brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base									
COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO									
Roberto Malzoni Filho - Diretor									
Maria Malzoni Romanach - Diretora									
Eduardo Ferraz Malzoni - Diretor									
Anita Ferraz Malzoni - Diretora									
Fernando Luiz de Mattos Oliveira - Diretor									
Cristiano Alves da Silva - Técnico Contábil - CRC 15P-295797/0-1									
Ribeirão Preto, 30/06/2026									
KPMG Daniel Marino de Toledo									
Auditores Independentes Ltda. Contador									
CRC 25P-027666/0-5 F SP CRC 15P249851/0-8									

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/07/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal